

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: O CONTEXTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Aline Teodoro da Silva  
(PPGA-UFF/SEEDUC)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo investigar a inserção da Educação Financeira nos Projetos Político Pedagógicos como meio de transformação social e promoção da autonomia discente. Pretende-se compreender como a Educação Financeira é contemplada e de que forma está se materializa na prática pedagógica. Assim, busca-se realizar uma análise comparativa entre as habilidades e competências da Educação Financeira, articulada à Educação para o Empreendedorismo, e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), corroborando na formação cidadã ao desenvolver competências críticas, reflexivas e responsáveis no uso de recursos financeiros. A pesquisa apresentará uma abordagem qualitativa com caráter descritivo, uma fundamentação teórica e bibliográfica e, por fim, análise documental e levantamento de campo.

**Palavras-Chave:** Educação para o empreendedorismo; base nacional comum curricular; educação financeira; projeto político pedagógico

## 1. Introdução

A centralidade do empreendedorismo no crescimento econômico, aliada à viabilidade de ações educacionais voltadas ao seu fortalecimento, tem levado diversos países, incluindo o Brasil, a incorporarem essa temática em suas diretrizes curriculares (LAURIKAINEN et al., 2018). A inserção do empreendedorismo na educação tem gerado entusiasmo nas últimas décadas, sendo associada a impactos positivos como crescimento econômico, geração de empregos, fortalecimento da resiliência social, além de benefícios individuais, como maior engajamento escolar, desenvolvimento pessoal e promoção da igualdade (LAKEUS, 2015).

Assim, o ensino do empreendedorismo contribui para o fortalecimento de atitudes e competências específicas, incentivando a formação de mentalidades inovadoras e preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (LEPUSCHITZ et al, 2018). As competências empreendedoras podem ser desenvolvidas, por meio da Educação para o Empreendedorismo (BACIGALUPO et al, 2016), e emerge para objetivar a conscientização dos envolvidos a respeito do empreendedorismo e da carreira empreendedora, e desenvolver qualidades pessoais relacionadas às competências necessárias para o mundo moderno, como criatividade, riscos e responsabilidades (LOPES, 2010).

O Quadro Europeu de Competências para o Empreendedorismo (EntreComp) oferece uma descrição abrangente do conhecimento, habilidades e atitudes que as pessoas precisam desenvolver para uma mentalidade empreendedora (LOPES-NÚÑEZ, et al, 2022). O EntreComp é sugerido como uma referência de apoio ao desenvolvimento das capacidades empreendedoras de cidadãos e organizações europeias, estabelecendo uma proposta consistente para o desenvolvimento de conceitos compartilhados de competências de empreendedorismo, definição de metas e avaliação (SEIKKUL-LEINO, 2021).

O documento de referência do EntreComp define as competências para o empreendedorismo, em três áreas: 1) Ideias e oportunidades; 2) Recursos; 3) Ação. Cada área possui um conjunto de 5 habilidades específicas, totalizando 15 competências empreendedoras que visam compreender e fortalecer as capacitações para aprendizagens voltadas ao empreendedorismo. O campo 'Recursos', por exemplo, é diretamente ligado à gestão financeira pessoal e coletiva, uma vez que estimula postura crítica, organização, resiliência e visão estratégica, características fundamentais na formação cidadã. Entre as habilidades elencadas estão: iniciativa, recursos, planejamento, gestão, aprendizado com a experiência e tomada de decisões responsáveis (BACIGALUPO et al., 2016). Assim, este trabalho visa compreender as estruturas e operacionalidades da inserção da educação financeira nos projetos políticos pedagógicos como meio de transformação social e da promoção da autonomia discente.

A articulação entre esse modelo proposto no EntreComp e a educação financeira demonstra uma forte relação com o empreendedorismo. Os benefícios da educação financeira vão muito além do fenômeno estritamente econômico, dadas as implicações deste conhecimento na vida dos cidadãos (BURCHI, et al;2021). Para Savoia et al (2007), a educação financeira deve ser entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras. Sob esse viés Walstad, Rebeck e MacDonald (2010), afirmam que o objetivo deste processo de aprendizagem é de construir uma base para uma maior compreensão, ou orientação, para o mundo financeiro que se tornará útil posteriormente.

No Brasil, a educação empreendedora foi inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os estudantes da educação básica, por meio de um referencial curricular para o ensino regular e integral e cursos técnicos, visando preparar os jovens em seus futuros desafios financeiros na vida adulta (SANTOS e GROENWALD, 2024). A proposta constitui um amplo campo de investigação que mobiliza saberes, habilidades, competências, crenças e concepções relacionadas a diferentes áreas do conhecimento humano, como Matemática, Política, Economia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia e a Ética (BRASIL, 2018; SANTOS e GROENWALD, 2024).

A implementação sugerida pela BNCC parte de um currículo educacional que demanda a elaboração de um projeto político-pedagógico da educação básica comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população (VEIGA, 2003). Ainda que prevista em normativas e diretrizes curriculares, a inserção plena da educação financeira requer alinhamento ao projeto educativo institucional, como apontam Damasceno et al. (2023). Porém, a abordagem da educação financeira permanece, muitas vezes, fragmentada e dissociada de uma articulação pedagógica consistente, sendo necessário resgatar o Projeto político pedagógico como elemento estruturante da gestão democrática e da emancipação social (SILVA, 2003).

Dessa maneira, propõe-se responder à seguinte questão: de que maneira a educação financeira pode ser incorporada ao Projeto Político-Pedagógico das escolas públicas como meio de transformação social? Em busca de atender ao objeto da pesquisa proposta, esse trabalho é estruturado em seis seções: introdução, fundamentação teórica, método de pesquisa, discussões e referências utilizadas.

## **2. Fundamentação Teórica**

### *2.1. Educação para o Empreendedorismo: formação de sujeitos críticos e independentes*

Ao ser implementada nos sistemas de ensino público, a educação para o empreendedorismo valoriza a escola como espaço de representação da comunidade, sendo compreendida como local privilegiado para a formação da capacidade de construir projetos de vida e enfrentar os desafios do futuro (DOLABELA; FILION, 2013). Contudo, observa-se que, em muitos contextos, as práticas de ensino voltadas ao empreendedorismo ainda se mantêm mais próximas da dimensão empírica do que de uma base científica consolidada, sendo conduzidas com maior frequência pela experiência e investigação, do que por abordagens pedagógicas sistemáticas (FAYOL e GAILLY, 2008).

A disciplina “Projeto de Intervenção e Empreendedorismo” é oferecida nos três anos do ensino médio em 150 escolas no Estado do Rio de Janeiro, sendo 93 delas de fomento federal e 57 financiadas pelo próprio estado (MENEZES, 2023) e tem como base o modelo EntreComp, que foi criado para desenvolver uma estrutura de referência comum para o empreendedorismo abordando-o como uma competência transversal que ajuda aos cidadãos a desenvolver sua capacidade de participar ativamente da sociedade, gerenciar suas próprias vidas e carreiras e iniciar resoluções de criação de valor (MCCALLUM et al, 2018). Nesse sentido, o EntreComp

opera como apresentador destes comportamentos, a fim de levar um indivíduo a atuar sobre oportunidades e ideias, gerando valor para as outras pessoas (BACIGALUPO et al, 2016).

Em função do objetivo deste trabalho, destaca-se a área de competência “Recursos” que contempla tanto habilidades de caráter pessoal como autoconsciência, autoeficácia, motivação e perseverança, quanto aptidões relacionadas à gestão, entre as quais se destacam a mobilização de recursos e a alfabetização financeira e econômica. Estas últimas, por apresentarem forte inter-relação, são tratadas de forma integrada, uma vez que envolvem processos de planejamento, aquisição, administração e uso responsável dos recursos disponíveis (SEBRAE, 2020; BACIGALUPO et al, 2016; BERNADÓ; BRATZKE, 2024). Na Figura 1 abaixo, é apresentado o modelo Entrecomp:

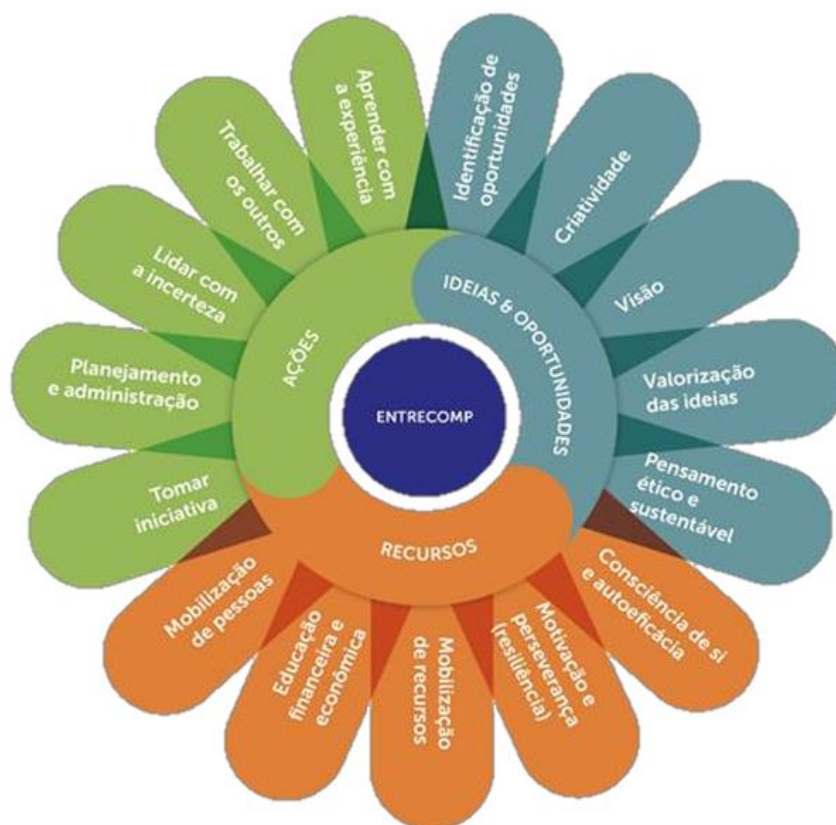


Figura 1: Modelo Entrecomp  
Fonte: SEBRAE, Nota Técnica 2, 2020

## *2.2 A Base Nacional Comum Curricular e a integração da educação financeira no currículo escolar*

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define as aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BNCC, 2018). Para a BNCC, uma das finalidades do ensino médio é atender às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade, fazendo com que a escola garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem (BNCC, 2018). Significa, nesse sentido, assegurar uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (ZITZKE; TUNES PINTO, 2020).

Em sua composição, a BNCC definiu dez competências a serem desenvolvidas na educação, por exemplo a competência 6, trabalho e projeto de vida. Pautado na defesa de preparar os indivíduos para uma adaptação permanente diante da instabilidade da contemporaneidade, o documento expõe o novo cenário mundial que exige do sujeito seu reconhecimento no contexto histórico e cultural, ser comunicativo, criativo analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável, o que requer muito mais do que o acúmulo de informações (FARIAS, RUFATO; RUIZ, 2013; BNCC, 2018). O desenvolvimento de competências traduz a importância das pessoas adquirirem conhecimentos que serão expressos em habilidades, atitudes e valores necessários às demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Segundo a BNCC, essas estratégias devem incorporar ao currículo e às propostas pedagógicas das escolas, abordagens com temas contemporâneos, preferencialmente nas formas transversais e integradoras, dentre outros temas, a educação para o consumo e a educação financeira (BRASIL, 2018). Na proposta de ensino transversal, os conteúdos de educação financeira serão introduzidos por meio das diversas disciplinas, cada uma delas tratando determinado assunto de acordo com suas especificidades, representando um vasto potencial educativo (SOUZA; LOBÃO; FREITA, 2022).

## *2.3 Educação financeira como eixo formador e social*

Para Santos e Groenwaland (2024), a introdução da educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Damasceno et al. (2023), defendem que a Educação Financeira se estrutura por meio de práticas pedagógicas contextualizadas, que envolvam reflexão, problematização e inserção da realidade dos estudantes, fortalecendo o letramento financeiro de forma crítica e integrada ao currículo.

Ao promover o entendimento e a gestão dos aspectos financeiros desde a juventude, os estudantes são capacitados a tomar decisões informadas sobre suas finanças pessoais, preparando-os para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos com autonomia e responsabilidade (LUSARDI; MITCHELL, 2014). A forma como as competências do Entrecamp e da BNCC estão relacionadas com educação financeira se encontra na tabela 1.

Tabela 1 - Interdisciplinaridade entre as competências Entrecomp e BNCC

| Competências da área recursos Entrecomp             | Competências BNCC                              | Áreas relacionadas   |
|---|--|--|
| Consciência de si e autoeficácia                    | Competência 8 – Autoconhecimento e autocuidado | Linguagem e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas  |
| Motivação e perseverança<br>Mobilização de recursos | Competência 1 - Conhecimento                   | Toadas as áreas  |
|   | Competência 5 – Cultura digital                | Linguagens e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias        |
| Conhecimentos básicos sobre finanças e economia     | Competência 6 – Trabalho e projeto de vida     | Ciências humanas e sociais aplicadas e matemática e suas tecnologias |
| Mobilização de pessoas/terceiros                    | Competência 9 – Empatia e cooperação           | Linguagem e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas  |

Fonte: Elaborado pela autora, 2025. (Entrecomp, 2016; BNCC, 2018)

#### 2.4. Projeto Político Pedagógico: espaço de concretização da educação transformadora

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 12, 13 e 14 (inciso 1) estabelece o Projeto Político Pedagógico como um documento obrigatório para todas as escolas, públicas e privadas, que visa orientar a ação educativa da instituição. Esta documentação, trata-se de um guia com o fim de definir a identidade da escola e estabelecer os caminhos para alcançar seus objetivos educacionais. Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE) afirma a necessidade de uma proposta escolar autônoma, ressaltando a importância da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes, para estimular a autonomia da instituição escolar.

Assim como ressalta Freire (2019), as transformações significativas no ambiente escolar não se efetivam por meio de imposições legais, mas sim pelo engajamento coletivo, pelo esforço contínuo, pela competência e por uma postura de paciente paciência. Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico não deve ser reduzido à condição de documento burocrático, mas sim compreendido como expressão da identidade, dos desafios e dos objetivos da comunidade escolar. Trata-se, por fim, de um recurso que, ao articular autonomia e gestão democrática, orienta a organização, a execução e a avaliação do trabalho educacional (SILVA, 2003).

Além disso, espera-se da escola contemporânea uma educação de qualidade, sustentada por um Projeto Político Pedagógico e pela gestão democrática (VEIGA, 2012). Conforme estabelecido pela BNCC, essa inserção exige uma abordagem interdisciplinar, articulada aos itinerários formativos, que contemplem dimensões como a gestão da renda, estratégias de poupança e investimento, compreensão de conceitos econômicos, análise de riscos e dos serviços financeiros (BRASIL, 2018; TEIXEIRA, 2015).

Essa perspectiva encontra consonância nas reflexões de Freire (2009) ao afirmar que a prática educativa não pode estar limitada à leitura da palavra, dos números ou dos textos, mas deve entender à leitura crítica dos contextos e do mundo. Diante disso, Cândido e Gentilini

(2007), concebem a importância do Projeto Político Pedagógico e seu potencial em cada escola, fato que não pode ser considerado irrelevante, pois trata de ações políticas e pedagógicas discutidas e planejadas pelo todo da escola. Assim, a BNCC só poderá ser significativa e efetivamente colocada em prática se houver essa conciliação com os projetos escolares.

### 3 Método de Pesquisa

Método é o caminho ou a maneira utilizada para alcançar um determinado fim ou objetivo (RICHARDSON, 1999). Em sentido amplo, o método em pesquisa refere-se a escolha de procedimentos sistemáticos voltados à descrição e explicação de fenômenos. Quanto à classificação, essa pesquisa possui abordagem qualitativa (BOGDAN e BIKLEN,1994) e de natureza aplicada (YIN,2001), com objetivo descritivo (YIN,2001), e quanto aos procedimentos possui pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de campo (YIN,2001)

Neste sentido, este trabalho foi desenvolvido sob a forma de estudo de caso que, segundo Yin (2001), é apropriado quando se busca compreender fenômenos complexos em seus contextos reais. O autor destaca que esse modelo oferece maior robustez e confiabilidade aos resultados, ao permitir a identificação de padrões e contrastes em diferentes contextos e permite o uso de diversas fontes de evidência, o que enriquece a análise e os resultados.

O objeto de estudo abordado volta-se para a prática pedagógica relacionada à Educação Financeira no ambiente escolar tendo três instituições de ensino da rede SEEDUC – RJ, que ainda serão definidas, como ambiente de pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio de três técnicas: pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada. Abaixo, apresenta-se o processo de pesquisa e coleta de dados divididos em três etapas:

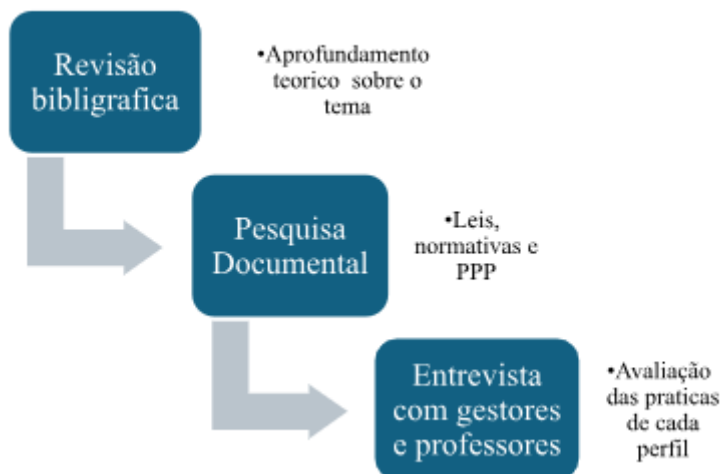


Figura 2: Organização das etapas e processos da coleta de dados

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Com o andamento da pesquisa, a primeira etapa corresponde com uma revisão das publicações nacional e internacional, com foco em artigos científicos nas bases Web of Science

(WoS) e Scielo, com o objetivo de situar a pesquisa dentro do campo científico já consolidado. Serão levantados estudos, teorias e experiências que discutem a inserção da Educação Financeira dentro do ambiente escolar, sua articulação com o Projeto Político Pedagógico e seu potencial como instrumento de transformação social.

A segunda etapa se refere à análise documental dos principais marcos legais e pedagógicos que orientam a educação financeira no contexto escolar. A referida análise permite acesso à perspectiva oficial e as diferentes formas de comunicação dentro da escola (BOGDAN e BIKLEN, 1994). O objetivo da investigação é compreender como a Educação Financeira está formalmente inserida no Projeto Político Pedagógico das escolas, o que possibilita identificar se o tema aparece de forma explícita nos documentos oficiais, como é abordado e quais estratégias metodológicas e objetivos são previstos. Além disso, permite a verificação da coerência entre o que está escrito e os princípios de transformação social e promoção da autonomia discente.

Por fim, a última etapa consiste na realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores pedagógicos e professores atuantes nas escolas selecionadas. Bogdan e Biklen (1994), destacam que as entrevistas semiestruturadas permitem a obtenção de dados comparáveis entre os participantes, respeitando suas perspectivas específicas. As diferentes posições dentro da organização escolar geram olhares distintos sobre o mesmo fenômeno, o que enriquece a análise. Busca-se, então, captar a percepção dos atores escolares, sendo eles gestores, coordenadores e professores, sobre a efetiva implementação da Educação Financeira nos Projeto Político Pedagógico e em suas práticas cotidianas a fim de compreender quais desafios emergem e quais estratégias são desenvolvidas.

## Referências

BACIGALUPO, Margherita; KAMPYLIS, Panagiotis; PUNIE, Yves; VAN DEN BRANDE, Lieve. *EntreComp: A Estrutura de Competências de Empreendedorismo*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

BRASIL/COREMEC. Educação financeira nas escolas – Ensino Médio. COREMEC, GAP, UNIBANCO, 2010

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BERNADÓ, Ester; BRATZKE, Florian. Revisiting EntreComp through a systematic literature review of entrepreneurial competences. Implications for entrepreneurship education and future research. *The International Journal of Management Education*, nov. 2024. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2024.101010>

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BURCHI, Alberto; Włodarczyk, Bogdan, Szturo, Marek., & Martelli, D. Os efeitos da educação financeira no empreendedorismo sustentável. *Sustentabilidade*. 13 (9), 5070. 2021 <https://doi.org/10.3390/su13095070>

CÂNDIDO, Rita de Kássia; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.]*, v. 33, n. 2, p. 323–336, 2017. DOI: 10.21573/vol33n22017.70269. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/70269>.

DAMASCENO, Alexandre Vinicius Campos; NUNES, Jose Messildo Viana; DAMASCENO, Cleonilda Batista. Um percurso de estudo e pesquisa para a educação financeira. *Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, São Paulo*, v. 25, n. 2, p. 90–126, 2023. DOI: 10.23925/1983-3156.2023v25i2p90-126. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/61015>.

DOLABELA, Fernando; FILION, Louis Jacques. FAZENDO REVOLUÇÃO NO BRASIL: A INTRODUÇÃO DA PEDAGOGIA EMPREENDEDORA NOS ESTÁGIOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal, São Paulo, SP*, v. 2, n. 3, p. 134–181, 2014. DOI: 10.14211/regepe.v2i3.137. Disponível em: <https://regepe.org.br/regepe/article/view/137>

FARIAS, Cristiane dos Santos; RUFATO, Gláucia Botan; RUIZ, Maria José Ferreira. BNCC: formação de competências e habilidades para a adaptação ao mercado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 39, n. 1, 2023.

FAYOLLE, Allan.; GAILLY, Benoit. From craft to science: teaching models and learning processes in entrepreneurship education. *Journal of European Industrial Training*, v. 32, n. 7, p. 569–593, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1108/03090590810899838>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LAURIKAINEN, Marja.; DA SILVA, Flavio.; SCHLEMPER, Paula; SOARES, Jose; MELO, Luis. Educação para o empreendedorismo: O que podemos aprender dos exemplos finlandeses e brasileiros. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. esp1, p. 337-360, 2018.

LAKÉUS, Martin. *Entrepreneurship in education: What, why, when, how*. Background paper. OECD Paris, France. 2015. Disponível em: [https://www.oecd.org/cfe/leed/BGP\\_Entrepreneurship-in-Education.pdf](https://www.oecd.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf).

LEPUSCHITZ, Wilfried; KOPPENSTEINER, Gottfried; LEEB-BRACHER, Ursula; HOLLNSTEINER, Kurt; MERDAN, Munir. Práticas educacionais para o aprimoramento de habilidades empreendedoras no ensino médio. *International Journal of Engineering Pedagogy (IJEP)*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. pp. 101–114, 2018. DOI: 10.3991/ijep.v8i2.8141. Disponível em: <https://online-journals.org/index.php/i-jep/article/view/8141>

LOPES, Rose Mary. *Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: Sebrae, 2010.

LÓPEZ-Núñez, Maria Imaculada.; Rubio-Valdehita, Susana.; Armuña, Cristina.; Pérez-Urria, Elena. *EntreComp Questionnaire: A Self-Assessment Tool for Entrepreneurship Competencies*. *Sustainability* 2022, 14, 2983. <https://doi.org/10.3390/su14052983>

LUSARDI, Anamaria; MITCHELL, Olivia. S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Mccallum, Elin., Weicht, Rebeca., McMullan, Lisa. e Price, Alisson., *EntreComp into Action - Inspire-se, faça acontecer: Um guia do usuário para o Quadro Europeu de Competências em Empreendedorismo*, Bacigalupo, M. e O'keeffe, W. editor(es), EUR 29105 EN, Serviço de Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2018, ISBN 978-92-79-79360-8, doi:10.2760/574864, JRC109128

MENEZES, Rodolfo Pombo. *A inserção da educação para o empreendedorismo na rede pública no Novo Ensino Médio brasileiro: um estudo de caso sobre o andamento da implementação nos estados*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVÓIA, José Roberto Ferreira e SAITO, André Taue e SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. no/dez. 2007, n. 6, p. 1121-1141, 2007 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034>

SANTOS, Jonata. Santos. dos; GROENWALD, Claudia. Lisete. Ooliveira. *Integrando a educação financeira escolar no currículo do ensino fundamental*. *Educação Matemática Pesquisa*, v. 26, n. 1, p. 618–641, 2024. DOI: 10.23925/1983-3156.2024v26i1p618-641.

SEBRAE. *Nota técnica 2: O MODELO ENTRECOMPJ*. Brasília: Sebrae, 2020. Disponível em: <https://faculdadesebrae.com.br/wp-content/uploads/NT-02-Competencias-Empreendedoras.pdf>. Acesso em: 20 agosto. 2025.

SEIKKULA - LEINO, Jaana; SALOMAA, Maria; Svanborg, Rannveig Jónsdóttir; McCallum, Elin; Israel, Haze H. EU Policies Driving Entrepreneurial Competences—Reflections from the Case of EntreComp. *Sustainability* 2021, 13, 8178. <https://doi.org/10.3390/su13158178>

SILVA, Marcela Alves da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez. 2003.

SOUSA, Richales de Araujo ; LOBÃO, Mário Sergio Pedroza ; FREITAS, Renata Gomes de Abreu: EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONSTRUINDO UM CURRÍCULO TRANSVERSAL COM BASE EM TEMAS GERADORES. *Educação em Revista*, v38,2022

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cadernos Cedes*, v. 23, p. 267-281, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.109. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109>

Teixeira, James. (2015). Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira. Tese Doutoral, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

WALSTAD, Willian B, REBECK, Ken. e MacDONALD, Richard A (2010), Os Efeitos da Educação Financeira no Conhecimento Financeiro de Estudantes do Ensino Médio. *Revista de Assuntos do Consumidor*, 44: 336-357. <https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1111/j.1745-6606.2010.01172.x>

YIN, Robert.K. Estudo de Caso: Planejamento e Método. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITZKE, Viviane Aquino; DE TUNES PINTO, Elisane Ortiz. A BNCC e os impactos no currículo do Ensino Médio Integrado. *Revista Thema*, v. 17, n. 2, p. 407-416, 2020